

N. 5 2012

# REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti  
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti  
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes  
Ariane Brito Cal Athias  
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti  
Edilson Pereira Nobre Júnior  
Fernando Facury Scaff  
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti  
José Ricardo do Nascimento Varejão  
Luciana de Medeiros Fernandes  
Luiz Alberto Gurgel de Faria  
Marcos Nóbrega  
Paulo Gesteira Costa Filho  
Tânia Vainsencher  
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega  
Vladimir da Rocha França

REVISTA BRASILEIRA DE  
Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO  
Mônica A. Guedes

PROJETO GRÁFICO  
Veridiana Freitas

EDITORIAÇÃO  
Mônica A. Guedes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Parma

---

FONTE GARAMOND PRO | TRADE GOTHIC  
MIOLO OFF SET 75 G/M<sup>2</sup>  
CAPA SUPREMO DESIGN 250G/M<sup>2</sup>

---

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2012  
Av. Paulista, 1.776 - 1º andar  
01310-200 – São Paulo, SP  
Tel./Fax: (11) 3101 2086  
adm@mpeditora.com.br  
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO   | 7  |
| <i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>   |    |
| LOS LÍMITES DE LA JUSTICIA ADMINISTRATIVA EN CUBA  | 11 |
| <i>Benjamin Marcheco Acuña</i>   |    |
| Introducción   | 11 |
| I. Los Fundamentos de la Justicia Administrativa   | 13 |
| II. Los Límites de la Justicia Administrativa en Cuba  | 16 |
| El régimen de medidas cautelares   | 17 |
| La naturaleza revisora de la jurisdicción administrativa   | 21 |
| Límites subjetivos. Los criterios de legitimación activa y pasiva                                | 28 |
| Límites en cuanto al objeto. Las materias excluidas de la jurisdicción                           | 31 |
| La ejecución de las sentencias   | 47 |
| A modo de conclusión   | 51 |
| AGÊNCIAS REGULADORAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO   | 53 |
| <i>Cristiana Roquete Luscher Castro</i><br><i>Maria da Graça F. de Almeida Prado</i>             |    |
| 1. Introdução  | 53 |
| 2. O modelo teórico de regulação aplicado no Brasil  | 54 |
| 3. O papel institucional das agências reguladoras à luz da temática do desenvolvimento econômico | 56 |
| 4. Conclusão   | 60 |
| 5. Bibliografia  | 61 |

|   |     |
|---|-----|
| PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  | 63  |
| <i>Dinorá Adelaide Musetti Grotti</i>   |     |
| Introdução  | 63  |
| 1. Parcerias na administração pública   | 65  |
| 1.1. Parceria como forma de delegação da execução de serviços públicos  | 67  |
| 1.2. Parceria como meio de fomento à iniciativa privada de interesse público, efetivando-se por meio de convênio, contrato de gestão ou termo de parceria | 127 |
| 1.3. Parceria como instrumento de desburocratização e de instauração da chamada Administração Pública gerencial, por meio dos contratos de gestão         | 132 |
| 1.4. Terceirização  | 134 |
| Observações finais  | 148 |
| <br>  |     |
| O PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ÂMBITO DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS E A TUTELA EMPREENDIDA PELO <i>PARQUET</i>  | 151 |
| <i>Juliana Lacerda Pereira</i>  |     |
| 1. Introdução   | 151 |
| 2. O patrimônio público como modalidade de interesse metaindividual   | 152 |
| 3. O <i>Parquet</i> e a defesa do patrimônio público  | 155 |
| 4. Conclusões   | 160 |
| <br>  |     |
| OS FUNDOS DE INVESTIMENTO NO BRASIL   | 163 |
| <i>Mario Harry Lavoura</i>  |     |
| <br>  |     |
| A NOÇÃO EUROPEIA DE “SERVIÇOS DE INTERESSE ECONÔMICO GERAL”: MAIS UMA FONTE INSPIRADORA (OU DOMINADORA) DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO?                    | 171 |
| <i>Regis da Silva Conrado</i>   |     |
| Introdução  | 171 |
| 1. Formação e desenvolvimento da União Europeia e dos SIEG  | 172 |
| 1.1. Formação e desenvolvimento da União Europeia   | 172 |
| 1.2. Desenvolvimento da noção de SIEG   | 175 |
| 2. Serviços de interesse econômico geral e serviços públicos: crise ou conciliação?   | 184 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.1. Serviço de interesse econômico e noções afins na União Europeia   | 184 |
| 2.2. Serviço de interesse econômico geral e o serviço público brasileiro   | 193 |
| Conclusão  | 194 |
| Bibliografia   | 195 |
| <br>   |     |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O CARTEL DE CRISE NO DIREITO BRASILEIRO  | 199 |
| <i>Ricardo Padovini Pletí</i>  |     |
| <i>Alexandre Walmott Borges</i>  |     |
| <br>   |     |
| 1. Delimitação temática sobre o cartel de crise  | 199 |
| 2. Pressupostos teóricos   | 201 |
| 2.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência  | 201 |
| 2.2. O princípio da análise econômica  | 204 |
| 3. O cartel  | 206 |
| 3.1. Delimitação conceitual  | 206 |
| 3.2. Enquadramento e consequências legais no direito brasileiro  | 211 |
| 3.3. Alguns exemplos de cartéis  | 213 |
| 4. Análise específica da figura jurídica do cartel de crise  | 215 |
| 5. Conclusão   | 221 |
| 6. Referências bibliográficas  | 222 |
| <br>   |     |
| DA ALOCAÇÃO DE RISCOS ENQUANTO FUNDAMENTO SUBJACENTE AO EQUILÍBRIO<br>ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 225 |
| <i>Thiago Mesquita Nunes</i>   |     |
| <br>   |     |
| I. Introdução  | 225 |
| II. Da definição clássica do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos<br>administrativos                            | 227 |
| III. Da alocação de riscos enquanto fundamento do equilíbrio contratual  | 228 |
| IV. Quanto às concessões “comuns” de serviços públicos   | 231 |
| V. Quanto às Parcerias Público-Privadas  | 233 |
| VI. Conclusão  | 235 |
| VII. Referências   | 237 |

